

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 487.558 - SP (2014/0054837-1)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA
AGRAVANTE : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CAVALO
ÁRABE - ABCCA
AGRAVANTE : JOÃO ROBERTO SORVILLO
AGRAVANTE : GILMAR ROBERTO PEREIRA CAMURRA
ADVOGADO : EDUARDO DE JESUS VICTORELLO E OUTRO(S) - SP043094
AGRAVANTE : ANTÔNIO ABEL GOMES DAVID
AGRAVANTE : LUIZ FERNANDO BRANDT
AGRAVANTE : MARIA ALEXANDRINA COSTA BRANDT
ADVOGADA : MARIA ALEXANDRINA COSTA BRANDT - SP138449
AGRAVADO : JOSÉ PRÓSPERO DE CARVALHO GRISI
ADVOGADO : MARCELO PINHEIRO PINA - SP147267

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos interposto por ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS CRIADORES DE CAVALO ÁRABE - ABCCA, JOÃO ROBERTO SORVILLO e GILMAR ROBERTO PEREIRA CAMURRA, contra decisão que inadmitiu o recurso especial, ante a ausência de demonstração de violação do dispositivo de Lei.

O acórdão impugnado tem a seguinte ementa (e-STJ, fl. 570):

PRESCRIÇÃO - Ação Indenizatória - Não ocorrência - Direito invocado que estava sendo judicialmente discutido - Causa que obsta o curso do prazo prescricional - Não escoado o prazo do art. 206, § 3º, V, do Código Civil - Decreto de extinção do processo afastado e determinado o regular prosseguimento do feito no juízo de origem - Recurso provido para esse fim.

Nas razões do recurso especial, fundamentadas no art. 105, III, "a", da CF (e-STJ, fls. 608/613), os recorrentes apontam violação de dispositivo legal:

(i) art. 206, § 3º, V, do CC/2002, sob o argumento de que "a presente demanda foi distribuída, **somente em julho de 2009**, ou, mais de dois anos após a exaustão do prazo prescricional que ocorreu em **26/02/2007**" (e-STJ, fls. 611/613). Em complemento aduz o seguinte:

É que, se, como já dito, o transito em julgado ocorreu em demanda que não criou qualquer direito para o recorrido mas esclareceu apenas "que eventuais questões indenizatórias deverão ser discutidas em ação própria que não a presente", é obvio, que o direito que foi alegado nesta ação pelo recorrido, não nasceu com aquela V. Decisão que apenas ressaltou que este não poderia ser discutido na mesma ação, mas em outra que, todavia, ingressou em Juízo, após, o triênio legal!!!

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fls. 711/714).

Irresignados, os agravantes interpõem agravo (e-STJ, fls. 721/726), buscando refutar o óbice apontado pela Corte estadual.

É o relatório.

Decido.

De início, cumpre salientar que o presente recurso será examinado à luz do Enunciado n. 2 do Plenário do STJ: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.*

Da violação do art. 206, § 3º, V, do CC/2002

A corte de origem afastou a prescrição do direito da parte recorrida em acórdão assim fundamentado (e-STJ, fls. 570/572):

No caso, a questão gira em torno **da ocorrência ou não da prescrição do direito do recorrente à reparação civil almejada.**

[...].

Observe-se que o juiz de primeiro grau, por meio da r. sentença lançada às fls. 459/463, entendeu que o prazo prescricional começou a fluir a partir da **data da ciência do autor sobre o desaparecimento dos cavalos** (fls. 89).

Entretantes, não se verifica que a incidência do prazo prescricional deva ser considerada a partir da ciência do autor a respeito do desaparecimento dos animais (fls. 89), porque a questão ainda pendia de solução em diversas ações judiciais que envolviam a posse sobre os cavalos (fls. 42/149), **o que evidencia, no caso, causa que obsta o curso do prazo prescricional.**

Dispõe o artigo 202 verbis: A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á: [...] parágrafo único. A **prescrição interrompida recomeça a correr da data do ato que a interrompeu, ou do último ato do processo** para a interromper.

A regra é que a prescrição só começa a correr do último ato do processo para a interromper. Ou seja, somente com o último termo da demanda ou quando esta tiver fim é que recomeça a correr o prazo da prescrição (J.M. Carvalho Santos, Código Civil, p. 437).

Logo, na espécie, o prazo prescricional deve ser **calculado a partir da data do trânsito em julgado (10/11/2008)** do recurso especial interposto contra o v. acórdão que decidiu o recurso de agravo de instrumento, este tirado contra a decisão proferida nos autos da referida ação reivindicatória em que se discutia a posse dos equinos pelo recorrente (fls. 390/412).

Deve ser dito ainda que **no referido v. acórdão ficou decidido que o autor deveria buscar pelas vias próprias as perdas e danos** suportadas em razão da perda dos cavalos.

Solução contrária implicaria em denegação de justiça.

Assim como **esta ação foi distribuída na data de 24/11/2009**, o prazo trienal previsto no artigo 206, parágrafo 3º, inciso V, do Código Civil **ainda não havia escoado.**

Dessa forma, o acórdão impugnado está de acordo com a jurisprudência desta Corte, no sentido de que "em se tratando de causa interruptiva judicial, a contagem do prazo prescricional reinicia após o último ato do processo, ou seja, o trânsito em julgado (REsp 1504408/SP, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Rel. p/ Acórdão Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 17/9/2019, DJe 26/9/2019.)

Na mesma linha, confira-se:

RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA. PRESCRIÇÃO.

CÉDULA DE CRÉDITO COMERCIAL. PRAZO QUINQUENAL. AJUIZAMENTO DE AÇÃO ANULATÓRIA PELO DEVEDOR. INTERRUÇÃO DO PRAZO ATÉ O TRÂNSITO EM JULGADO. NOVA INTERRUÇÃO PELO AJUIZAMENTO DE OUTRA DEMANDA. IMPOSSIBILIDADE. PRESCRIÇÃO. RECONHECIDA.

1. Ação ajuizada em 07/12/2011. Recurso interposto em 20/10/2014 e atribuído ao gabinete em 25/08/2016.

2. Ação declaratória ajuizada pelo devedor de cédula de crédito comercial, na qual pretende que seja declarada a prescrição da pretensão de cobrança da dívida, com a consequente extinção de garantia hipotecária.

3. Não se tratando de execução, cujo prazo é trienal, a prescrição da pretensão de cobrança de dívida documentada em título de crédito regula-se pelo prazo quinquenal. Precedentes.

4. A propositura de demanda judicial pelo devedor, seja anulatória, seja de sustação de protesto, que importe em impugnação do débito contratual ou de cártula representativa do direito do credor, é causa interruptiva da prescrição. Precedentes.

5. Em se tratando de causa interruptiva judicial, a contagem do prazo prescricional reinicia após o último ato do processo, ou seja, o trânsito em julgado. Precedentes.

6. Conforme dispõe o art. 202, caput, do CC/2002, a interrupção da prescrição ocorre somente uma única vez, ainda mais quando se trata, como na hipótese dos autos, da mesma causa interruptiva.

7. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 1810431/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 4/6/2019, DJe 6/6/2019.)

Ademais, dissentir das conclusões do acórdão impugnado quanto à data em que fora distribuída a ação, bem como em relação ao termo final do prazo prescricional, conforme alegado nas razões do recurso, implicaria reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado em recurso especial, ante o disposto na Súmula n. 7 do STJ.

Ante o exposto, NEGOU PROVIMENTO ao recurso.

Publique-se e intimem-se.

Brasília, 22 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator